

# **O ENSINO DE HISTÓRIA da África no Brasil como história pública e oral: resgate do patrimônio imaterial em comunidades remanescentes de quilombos**

*Márcio Eurélio Rios de Carvalho<sup>1</sup>*

*Weigson Fernando Ribeiro Lopes<sup>2</sup>*

## **INTRODUÇÃO**

Há uma necessidade premente de investigações que atentem para o significado histórico-cultural das comunidades remanescentes de quilombos em Minas Gerais, num corte sincrônico do “presente etnográfico” (O'DWYER, 2002, p. 14). Se, em 2003, foram registradas 2.284 comunidades quilombolas no Brasil, em 2006, este número se elevava para 2.800 registros de sítios quilombolas, para, em 2008, serem atualizados os números, perfazendo um total de 3.000 sítios quilombolas. Em Minas Gerais, de um total de 207 comunidades registradas, 28 estão reconhecidas e apenas 1 titulada – Município Leme do Prado, Comunidade Porto Coris (Boa Sorte) (ANJOS, 2009, p. 179). Apesar de se constituir no estado de maior incidência da região Sudeste, não há estudos significativos sobre comunidades negras rurais nele espalhadas<sup>3</sup>.

É preciso dissociar o significado de quilombo como espaço de resistência no passado e projetar sua importância para o presente, numa interpretação mais ampla, quando uma comunidade quilombola adquire sua “referência no campesinato negro, de povos de matriz africana no Brasil que conseguiram ocupar uma terra e manter uma autonomia política e econômica e identidade territorial” (ANJOS, 2009, p. 108).

## **1 CONTRIBUIÇÕES (INTER) DISCIPLINARES PARA ENTENDIMENTO DOS TERRITÓRIOS ÉTNICOS**

Algumas áreas do saber têm dado uma contribuição efetiva para o conhecimento destes espaços de matriz africana no Brasil. A Antropologia, com a elaboração de relatórios de identificação (laudos antropológicos) necessários para aplicação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), tem ajudado no reconhecimento da propriedade definitiva para os quilombolas que estão ocupando suas terras. Como lembra Eliane Cantarino O’Dwyer, o texto constitucional não evoca apenas uma “identidade histórica”, mas também que o grupo exista no presente, ocupe um território e componha um grupo étnico, lembrando que “a afiliação étnica é tanto uma questão de origem comum quanto de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados” (O’DWYER, 2002, p. 16). Embora a identidade étnica se refira ao passado, ele não se circunscreve àquele delineado na História, mas o que se forja na memória coletiva, que pode se ligar a lendas e mitos de formação identitária do mesmo grupo (O’DWYER, 2002, p. 17). É preciso reter ainda que “a participação dos antropólogos nesse processo, por meio da elaboração dos relatórios de identificação, deu-se numa conjuntura de pressão do movimento negro” (O’DWYER, 2002, p. 17-18).

A Geografia<sup>4</sup> tem alavancado uma interpretação sofisticada da Geografia Etnográfica de matriz africana, demonstrando a espacialidade e territorialidade da população de matriz africana no Brasil, nos ensinando que as formas de ocupação e apropriação de terras por populações de africanos escravizados ou ex-escravos foram diversas, variadas, e não se constituíram somente como espaços

de fuga. Além de constituírem territórios étnicos de resistência seculares, necessitam de adequado reconhecimento e regularização, enquanto ambientes da “territorialização da população afro-brasileira”. Como “fator territorial mais expressivo” espalhado por todo o território brasileiro, o quilombo faz parte de nossa historicidade e territorialidade contemporânea (ANJOS, 2009, p. 9).

A Linguística<sup>5</sup>, que, embora tenha se atrasado no engajamento de políticas públicas relacionadas ao conhecimento da variedade de línguas faladas nos quilombos brasileiros, tem investigado as línguas africanas remanescentes do período colonial, dando início a um levantamento etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras. Graças às pesquisas interdisciplinares nesta área de atuação, foi possível conhecer línguas secretas que partilham um fundo lexical do tipo banto (Tabatinga e Cafundó)<sup>6</sup> e falares africanos na Bahia e em Minas Gerais, cujas principais línguas cultuais de referência são: “a) eve, fon, gun, maí para os cultos do tipo ‘jeje-mina’; b) ioruba (nagô) (dialetos falados na Nigéria Ocidental e o nagô, do reino de Queto, do Benim) para os cultos do tipo ‘nagô, queto, ijexá’; c) quicongo-quimbundo-umbundo para os cultos do tipo ‘angola, congo-angola’, etc”<sup>7</sup> (BONVINI, 2014, p. 52).

A História<sup>8</sup> tem buscado concretizar uma história pública dos escravizados, recuperando os lugares de memória da África e do tráfico, ajudando na demanda pela posse de territórios ocupados, através de uma maior visibilidade do patrimônio imaterial das comunidades negras (não só através de festas e danças, como o jongo, mas também pela percepção da própria história, memória e tradição oral do grupo). À exceção de *Memórias do Cativo* (2005), de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, nenhum dos trabalhos sobre as comunidades remanescentes de quilombos recuperou as histórias de vida dessas populações<sup>9</sup>. No livro, as autoras recolhem narrativas orais de comunidades jogueiras do sudeste escravista, reunindo 61 testemunhos de descendentes de antigos escravizados das regiões cafeeiras, nascidos nas primeiras décadas do século XX. São narrativas transmitidas de pai para filho, e não dizem respeito à experiência direta dos próprios depoentes, destacando-se quando se referem à memória de experiências vividas por seus próprios antepassados.

Sob a coordenação de Hebe Mattos (UFF) e David Scott (Columbia University), foi lançado o projeto “*Passados Presentes: Memória da Escravidão e Políticas de Reparação nas Políticas Públicas na Área de Educação no Brasil*”, com o objetivo de avaliar a implementação da Lei nº 10.639/2003, entendida como política de reparação em relação ao passado escravista brasileiro, no Rio de Janeiro, além de munir os professores com materiais didáticos, sob a forma de duas plataformas digitais para computadores e tablets (sites e aplicativos), capazes de incorporar outras experiências da diáspora africana no Atlântico, especialmente Caribe e EUA. Deste modo, a história da cultura afro-brasileira fica conectada à história da diáspora africana no Atlântico. Trata-se de

*Lugares de Memória da Diáspora Africana no Rio de Janeiro* – um site e aplicativo para localizar e dar informações sobre locais históricos relacionados aos africanos escravizados no Rio de Janeiro; *Detetives do Passado* – um site e aplicativo em forma de jogo sobre a escravidão no mundo Atlântico no século XIX, desenvolvido especialmente para o ensino médio.<sup>10</sup>

O projeto tem como uma de suas ações a avaliação da aplicação da lei no ensino médio,

a) nas formas como as demandas por reparação em relação ao legado do passado escravista estão sendo articuladas no Brasil; b) nas maneiras em que a história da África e da diáspora africana no Atlântico está sendo ensinada no Rio de Janeiro; c) nos livros didáticos de história escritos nos últimos 10 anos no Brasil; d) nas percepções dos alunos de ensino fundamental e médio no Rio de Janeiro sobre a África, escravidão e cultura afro-brasileira; e) no desenvolvimento da pesquisa acadêmica em história da África e da história da cultura afro-brasileira no país; f) nas formas em que os professores do Rio de Janeiro de nível fundamental e médio estão sendo treinados para abordar esses tópicos em sala de aula.<sup>11</sup>

Tais enfoques das diversas áreas – Antropologia, Geografia, Linguística e História, sobre as comunidades remanescentes de quilombos no presente, constituem contribuições significativas para fortalecer a identidade desses grupos subalternos e minorizados. Embora algumas medidas legais (ações afirmativas) tenham aparecido neste novo milênio, elas são insuficientes para garantir o direito de

cidadania destes indivíduos. O debate sobre ações afirmativas e multiculturalismo se inscreve nessa problemática. A questão da discriminação positiva (ou política afirmativa), cujo maior exemplo é o sistema de cotas, reflete não só a problemática da igualdade e universalidade, mas a discussão de “como reconciliar a igualdade e a universalidade pela via da diferença”.

## 2 AS POLÍTICAS DA DIFERENÇA E ORALIDADES

A ideia de reparação veiculada pelo Movimento Negro no Brasil optou por uma fórmula semelhante ao modelo americano, que afasta a noção de reparação como compensação financeira, e se aproxima da “articulação de pedidos de reparação na forma de ações afirmativas” (SAILLANT, 2016, p. 38). Se, desde 1988, a regularização da propriedade quilombola pode ser considerada a primeira forma reparadora dos males do passado, é nos anos 2000 que acontece uma guinada na articulação dos pedidos de reparação, com a criação, em 2003, da Secretaria para a Promoção das Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), da lei que obriga o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira nas escolas públicas (Lei nº 10. 639), e do Decreto nº 4.887, que operacionalizou o reconhecimento dos quilombos em território brasileiro. A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial de 2010 abriu “caminho à nova legislação no campo da igualdade racial em vários setores da vida social, da mídia, da saúde e da educação” (CICALO, 2016, p. 61), e a Lei nº 12.711 de 2012 permitiu uma reserva (cotas raciais) de 50% das vagas em universidades e institutos federais para afrodescendentes. Finalmente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, aprovada em 20 de novembro de 2012, aproximou a “prática educacional em territórios quilombolas da realidade sociocultural e política desses grupos” (YABETA, 2016, p. 104).

Segundo Saillant, não se deve reduzir a questão da reparação ao âmbito do Direito e do Estado, como as ações simbólicas (desculpas públicas ou *apology*), afinal, o reconhecimento de um grupo minorizado pode enfatizar a dimensão cultural das reparações e não sua dimensão jurídico-política. Este é o caso de setores em que a reparação se evidencia no interior da sociedade civil, como a valorização das religiões de matriz africana, que se impôs como autoridade religiosa a partir “de baixo” desde

o século XIX, a valorização da cultura identitária negra, através da veiculação positiva de imagens (fotografias e vídeo) por meio da ação coletiva, e a formação de um patrimônio afro-brasileiro que recupera não só a história da escravidão, mas também desenvolve políticas culturais de reconhecimento de uma cultura afro-brasileira que se constituiu às margens da instituição da escravidão (por exemplo, a Rota dos Escravos e o museu do Valongo).

Ouvir as histórias de vida dessas comunidades pode fazer com que se rompa de vez com o olhar etnocêntrico e eurocêntrico que permeia o currículo escolar e ajude a dar visibilidade a elas. Nossa proposta de pesquisa se refere a algo ambicioso, mas necessário: trata-se da criação de um *Núcleo em História Oral das Comunidades Remanescentes de Quilombos em Minas Gerais*, no sentido de demonstrar que a história das comunidades negras ou terras de preto, todas remanescentes de quilombos, pode se tornar um *locus* privilegiado para recuperar narrativas de vida – histórias pessoais (privadas) e coletivas (públicas), capazes de dar visibilidade e autonomia aos sujeitos históricos delas pertencentes, sobretudo, através de sua própria produção e divulgação, por meio do que se convencionou chamar história oral pública.

É inegável o potencial das “aplicações da tecnologia digital e da internet para ampliar a participação de indivíduos e comunidades (provenientes de tradições orais e/ou excluídas socialmente) na produção de conteúdos que venham a fazer parte da memória social” (WORCMAN, 2013, p. 151). Mas não basta digitalizar narrativas históricas dessas comunidades como meio de inclusão social, é preciso

constituir espaços alternativos para que comunidades excluídas da ‘História oficial’ possam registrar e preservar sua memória coletiva. Estamos falando também em instrumentos que permitam a esses grupos produzir e divulgar sua narrativa histórica a partir dessa memória. É na possibilidade de construir e divulgar o que a própria comunidade acredita como sendo seu patrimônio histórico que reside (...) o caminho para o uso da memória e da tecnologia digital como ferramentas de transformação social (WORCMAN, 2013, p. 148-149).

Ou seja, embora sejam importantes o registro e preservação (digital) da memória desses grupos para fortalecer suas identidades e diversificar as memórias em nossa sociedade, é preciso criar mecanismos para incluí-las no processo de informação e difusão do conhecimento.

A “Tecnologia Social da Memória”, como “um conjunto de conceitos, princípios e atividades que ajudem a promover iniciativas de registro de memórias e a ampliar o número de autores na História” (MUSEU DA PESSOA, 2009, p. 11), pode ser a melhor e mais adequada estratégia para registro e preservação (digital) da memória desses grupos, de modo a fortalecer suas identidades, diversificar as memórias em nossa sociedade e, sobretudo, criar mecanismos para incluí-las no processo de informação e difusão do conhecimento.

“A Tecnologia Social da Memória reúne práticas, conceitos e princípios essenciais para que públicos diferenciados, com objetivos diversos, possam se apropriar da metodologia de registro e produção de narrativas históricas” (MUSEU DA PESSOA, 2009, p. 12)<sup>12</sup>. Essa “tecnologia prioriza as histórias de vida como forma de construção da história de um grupo” (MUSEU DA PESSOA, 2009, p. 41) e pode servir como baliza principal do resgate das histórias de vida das comunidades negras rurais ou terras de preto em Minas Gerais no século XXI.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É, portanto, fundamental que, no ensino de História, haja espaço para a interdisciplinaridade no que diz respeito à abordagem dos territórios étnicos. O quilombo pode ser visto como um lugar privilegiado para novas abordagens de ensino-aprendizagem. É preciso que professores e alunos não lancem um olhar estritamente econômico, embora fosse esse o aspecto principal do capitalismo comercial que explorou terras, minerais e homens (escravos) para o enriquecimento europeu, mas também cultural, sobre a importância da cultura trazida pelos africanos para as Américas<sup>13</sup>. Comportamentos, visões de mundo, valores, religiosidade, línguas e formas de sociabilidade devem merecer a mesma atenção

que os aspectos econômicos envolvidos no tráfico demográfico transatlântico, uma das atividades mais rentáveis da época moderna.

É preciso conhecer as especificidades das comunidades quilombolas com relação à organização social, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições. Como tem apontado a historiografia recente, explorar lugares remanescentes de quilombos, de modo a recuperar conhecimentos produzidos no seio destas comunidades, “articulado às contribuições dos que estão de ‘fora’, pode produzir desenvolvimento sustentável, geração de renda, preservação da cultura, enfim, uma perspectiva do etnodesenvolvimento” (NUNES, 2010, p. 150).

A oralidade presente nestes “pedaços seculares de territórios africanos” deve ser recuperada, de modo que as narrativas sirvam para sedimentar os laços identitários destas comunidades negras rurais. Se, “no espaço quilombola cada morador sente-se membro do território por sentimentos e referências que foram passadas por seus ancestrais via a tradição oral” (ANJOS, 2009, p. 105), cabe aos historiadores orais a oportunidade de ajudar a dar visibilidade a estas histórias, produzidas e disseminadas pelas próprias comunidades.<sup>14</sup>

## Referências

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. SP: Letra e Voz, 2011.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos**: geografia africana – cartografia étnica – territórios tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
- BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. *In*: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (orgs.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. 2ª ed. SP: Contexto, 2014.
- CASTRO, Yeda Pessoa. **A língua Mina-Jeje no Brasil**: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII. BH: Fundação João Pinheiro, 2002.
- CASTRO, Yeda Pessoa. **Falares Africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. 2ª ed. RJ: Topbooks, 2005.
- CEDEFES. Centro de documentação Elóy Ferreira da Silva. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI**: história e resistência. Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.
- CICALO, André. Uma voz para o passado: a construção de patrimônio da escravidão na região portuárias do Rio de Janeiro. *In*: MATTOS, Hebe (org.). **História Oral e Comunidade**: reparações e culturas negras. SP: Letra e Voz, 2016.
- GOMES, Flávio. História e historiografia da escravidão no Brasil: identidades, caminhos e percursos. *In*: BRASIL. **Educação Africanidades Brasil**. Brasília: UnB/SECAD, 2006.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania: por que ensinar História hoje? *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2009.
- MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**. Niterói: PPGH/UFF, 2014.
- MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 255-273, jul./dez. 2014a.
- MATTOS, Hebe (org.). **Diáspora Negra e Lugares de Memória**: a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial. Niterói: EDUFF, 2013.
- MATTOS, Hebe (org.). **História Oral e Comunidade**: reparações e culturas negras. SP: Letra e Voz, 2016.
- MATTOS, Hebe. **Passados Presentes**: Memória da Escravidão e Políticas de Reparação nas Políticas Públicas na Área de Educação no Brasil. Projeto apresentado ao Edital E15/2014, Cooperação Bilateral FAPERJ/Associação Columbia Global Center Brasil, 2014 in: [www.labhoi.uff.br](http://www.labhoi.uff.br).

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. SP: Letra e Voz, 2016.

MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. **O Nascimento da Cultura Afro-Americana**: uma perspectiva antropológica. RJ: Pallas/Universidade Cândido Mendes, 2003.

MUSEU DA PESSOA. **Tecnologia Social da Memória**: para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias. [s.l.]: AbraVÍdeo; Fundação Banco do Brasil, 2009.

NUNES, Georgina Helena Lima. Educação quilombola. *In*: MEC/BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2010.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. RJ; FGV, 2002.

PETTER, Margarida; CUNHA, Ana Stela. Línguas africanas no Brasil. *In*: PETTER, Margarida (org.). **Introdução à Linguística Africana**. SP: Contexto, 2015.

QUEIRÓZ, Sônia. **Pé Preto no Barro Branco**: a língua dos negros da Tabatinga. BH: Ed. UFGM, 1998.

SAILLANT, Francine. Reconhecimento e reparações: o exemplo do movimento negro no Brasil. *In*: MATTOS, Hebe (org.). **História Oral e Comunidade**: reparações e culturas negras. SP: Letra e Voz, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História Oral na Sala de Aula**. BH: Autêntica, 2015.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. **Cafundó**: a África no Brasil, linguagem e sociedade. 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (orgs.). **História Falada**: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

WORCMAN, Karen. História oral, histórias de vida e transformação. *In*: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (orgs.). **Depois da Utopia**: a história oral em seu tempo. SP: Letra e Voz/Fapesp, 2013.

YABETA, Daniela. A escola quilombola da Caveira e outros casos: notas de pesquisa sobre educação e comunidades negras rurais no Rio de Janeiro (2013-2015). *In*: MATTOS, Hebe (org.). **História Oral e Comunidade**: reparações e culturas negras. SP: Letra e Voz, 2016.

## Nota de fim

- 1 Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e licenciado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Atuou como professor na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) e no Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). Atualmente, trabalha como professor temporário na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Divinópolis).
- 2 Licenciado em História na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Campanha).
- 3 Exceção seja feita ao levantamento do CEDEFES. Centro de documentação Elóy Ferreira da Silva. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI: história e resistência**. Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008. Nesta publicação, segundo dados levantados pela CEDEFES de 2007, o número de comunidades quilombolas se eleva para 439 registros, com 97,9% nas áreas rurais.
- 4 Através, sobretudo, do projeto “Geografia Afro-brasileira: Educação e Planejamento do Território”, desenvolvido pelo Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) da UnB, sob coordenação de Rafael Sanzio Araújo dos Anjos.
- 5 A Universidade de São Paulo participou da investigação sobre línguas africanas por meio do Projeto-piloto IPHAN/USP nº 20.173. “Levantamento etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras de Minas Gerais e Pará”, coordenado pelas professoras Margarida Maria Taddoni Petter e Márcia Santos Duarte de Oliveira da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) (PETTER; CUNHA, 2015, p. 249).
- 6 Confira: QUEIRÓZ, Sônia. **Pé Preto no Barro Branco**: a língua dos negros da Tabatinga. BH: Ed. UFMG, 1998; VOGT, Carlos; FRY, Peter. **Cafundó**: a África no Brasil, linguagem e sociedade. 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- 7 Confira: CASTRO, Yeda Pessoa. **A língua Mina-Jeje no Brasil**: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII. BH: Fundação João Pinheiro, 2002; CASTRO, Yeda Pessoa. **Falares Africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. 2ª ed. RJ: Topbooks, 2005.
- 8 Hebe Mattos e Martha Abreu e Milton Guran construíram um “Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil”, Niterói: PPGH/UFF, 2014, com a contribuição de diversos pesquisadores que escreveram verbetes sobre temáticas específicas. O Inventário compunha o Projeto “Rota do Escravo: Resistência, Herança e Liberdade da UNESCO”. A proposta de sua construção

- “envolveu-se diretamente com a identificação e a divulgação dos locais de memória da escravidão africana e do tráfico de escravos para o Brasil” (MATTOS; ABREU; GURAN, 2014a, p. 257). Para o conceito de “história pública”, confira: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. SP: Letra e Voz, 2011 e MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. SP: Letra e Voz, 2016.
- 9 Recentemente, outro livro, MATTOS, Hebe (org.). **História Oral e Comunidade: reparações e culturas negras**. SP: Letra e Voz, 2016, dá continuidade à recuperação de narrativas orais negras.
- 10 MATTOS, Hebe. “Passados Presentes: Memória da Escravidão e Políticas de Reparação nas Políticas Públicas na Área de Educação no Brasil”. Projeto apresentado ao Edital E15/2014, Cooperação Bilateral FAPERJ/Associação Columbia Global Center Brasil, 2014 in: [www.labhoi.uff.br](http://www.labhoi.uff.br)
- 11 [www.labhoi.uff.br](http://www.labhoi.uff.br)
- 12 Confira, também: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (orgs.). **História Falada: memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. Para a inserção da história oral em sala de aula, confira: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História Oral na Sala de Aula**. BH: Autêntica, 2015.
- 13 Cf. GOMES, Flávio. História e historiografia da escravidão no Brasil: identidades, caminhos e percursos. *In*: BRASIL. **Educação Africanidades Brasil**. Brasília: UnB/SECAD, 2006.
- 14 Um projeto de pesquisa de resgate das histórias de vida em comunidades remanescentes de quilombos em Minas é projeto de pós-doutorado deste autor, que pretende dar início ao trabalho com as comunidades negras de Taquaral, pertencente ao município de Três Corações, Muzambinho, Três Pontas e Alagoa, da mesorregião Sul-sudoeste de Minas. Algumas não têm registro de reconhecimento, e todas não possuem o registro de titularidade. Um projeto sobre tais comunidades pode servir como primeiro instrumento para a regularização.